

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

Eliana de Oliveira*

Cultura e comunidade não devem ser confundidas, porque nenhuma sociedade aberta às trocas e às mudanças têm unidade cultural completa, tendo em vista que as culturas são construções que se transformam constantemente ao reinterpretar experiências novas. O que torna artificial a busca de uma essência ou de uma alma nacional, ou ainda a redução da cultura a um código de condutas (Kabengele Munanga, 2001).

Eu tenho um sonho de que um dia, os filhos de antigos escravos e os filhos de antigos senhores de escravos, poderão sentar-se juntos à mesa da fraternidade. Eu tenho um sonho de que um dia, até mesmo o Estado, sufocado pelo calor da injustiça, será transformado num oásis de liberdade e de justiça. Eu tenho um sonho de que um dia meus filhos viverão numa nação, onde não serão julgados pela cor de sua pele e sim pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho que um dia a humanidade será uma totalidade globalizante, em que todos independente de suas origens, terão igualdade de condições e de oportunidades, para terem acesso ao conhecimento elaborado. Eu tenho um sonho... (I have a dream – “Eu tenho um sonho”, Martin Luther King).

Por que a necessidade de uma Lei para fazer valer a presença de um conteúdo sobre a história de um grupo étnico que participou efetivamente da construção da sociedade brasileira? Pode-se dizer que a negação pela História sobre as contribuições das sociedades e culturas africanas na formação social brasileira estão intimamente relacionadas ao *controle social* e à *dominação ideológica* e também de construir uma sociedade sem conteúdo racial (branqueamento). Quando pensamos: “O que é ser brasileiro?” Imediatamente associamos a muitas práticas comuns entre nós – feijoada, futebol, samba, carnaval, malandragem e jeitinho brasileiro etc. Quando procuramos

* Licenciada em Pedagogia; Especialista em Psicopedagogia; Mestre em Educação: Supervisão e Currículo (PUCSP) e Doutora em Ciências: Antropologia Social - USP (2004). Professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia da FMC.

entender as peculiaridades do “ser brasileiro” questionamos a constituição do povo brasileiro baseado na mistura racial.

Para alguns, nosso povo é essencialmente mestiço, característica que naturalizou, na qual deu origem a uma nação constituída pelas três raças: o índio, o branco e o negro. Outros interpretam a formação do povo e a construção de sua identidade como uma *invenção* que pode ser compreendida e localizada na história. Todas as nações criam seus mitos formadores de seus povos, na nossa sociedade, a relação entre as “raças” é considerada como uma das condições para o entendimento da constituição do Brasil como nação.

Essa crendice tornou-se hegemônica tanto no senso comum como na academia. E isso tem possibilitado a construção de um projeto político e social para o brasileiro, permitindo pensar uma sociedade onde se dá encontros cordiais e harmônicos entre as “raças”, apesar dos conflitos (DAMATTA, 1988). Não podemos negar que os três elementos sociais – branco, negro e índio foram importantes para a construção do nosso povo, mas não podemos ser ingênuos de perceber que a fábula encobre uma sociedade *hierarquizada*, na qual predominam as desigualdades raciais, com *múltiplas* classificações de cor – reino da democracia racial.

“Raça” é a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, simuladas como harmoniosas que nada tem a ver o conceito biológico de raça do século XVIII, hoje já superado. O conceito de “raça” utilizado com freqüência no Brasil é para informar que determinadas características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo, que influenciam e interferem e determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. O uso do termo “étnico”, na expressão étnico-racial, serve para marcar o fato de que as diferenças de cor da pele e traços fisionômicos são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana e que é diferente dentro da visão de mundo, de valores e princípios das origens indígena, européia e asiática.

Reflexões sobre o sistema de ensino brasileiro

Os estudos sobre educação no Brasil configuram-se como campo de reflexão teórica somente a partir da década de 30. A partir desse período a educação passou a ser considerada importante para a construção do novo perfil de cidadão necessário para o Brasil em mudança, sem levar em conta as questões étnico-raciais. As Reformas de

1930-40 de Francisco Campos e de Gustavo Capanema privilegiaram o ensino profissionalizante, silenciando sobre as relações étnico-raciais. O Movimento Negro reage – considerando o preconceito como obstáculo para o acesso ao ensino e elege a escola e a educação como melhor campo para pleitear mudanças. A imprensa negra denuncia as práticas racistas evidentes no mercado de trabalho, no ensino e nos espaços de lazer.

Na década de 1950 o Teatro Experimental do Negro (TEN) realiza a Primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro, na qual uma das reivindicações mais importantes era a de que as leis do país estabelecessem as ofensas, o preconceito e a discriminação racial como crimes e solicitavam bolsas de estudos para estudantes negros para o curso de segundo grau. No entanto, ambas medidas não foram atendidas no texto da Constituição. Nos anos 80 o Movimento Negro deixa as reivindicações universalistas e passa a pleitear políticas públicas compensatórias voltadas para a população negra. Na década de 90, muitos pontos das reivindicações dos movimentos sociais negros foram atendidos pelo governo brasileiro, como por exemplo, a revisão de livros didáticos ou a eliminação daqueles em que os negros apareciam de forma estereotipada ou eram representados de modo subserviente e racialmente inferiorizado.

Em 20 de novembro de 1995, cria-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). O Estado desloca-se de sua posição até então “neutra” para se situar como agente na prevenção da exclusão, particularmente o racismo: ocorrendo assim, o reconhecimento oficial da existência da discriminação racial e do racismo. Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) adotam como tema transversal da Pluralidade Cultural. Em 2001, ocorre em Durban a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas.

Em 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhece a importância das lutas anti-racistas dos movimentos sociais negros alterou a Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e sanciona a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Com essa última, a LDB A Lei 9394/96 que passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º – O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o

negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º – Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro com “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Podemos pensar que a Lei é um avanço no processo de democratização do ensino e também na luta anti-racismo, mas é necessário:

- a) revisão dos currículos a fim de adequá-los à lei;
- b) qualificação dos professores e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico;
- c) que a implementação da lei fica a cargo do Poder Executivo. Não basta aplicação da lei é preciso qualificar o professor para aplicar o ensino.

Por sua vez, o CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO aprovou, em 10 de abril de 2004, o Parecer CNE/CP 003/2004, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O documento consta de um Relatório e indica políticas de reparação, de reconhecimento e valorização, de Educação sob a perspectiva das relações étnico-raciais, bem como ações afirmativas, a serem tomadas no âmbito do poder público. O teor educacional que o documento defende destaca-se pelo estudo de alguns pontos: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e suas Determinações; Consciência Política e Histórica da Diversidade; Fortalecimento de Identidades e de Direitos. Nesse contexto, sugere ações educativas de combate ao racismo e a discriminações e reitera a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras, Educação das Relações Étnico-Raciais.

Entretanto, cabe analisar o impacto da Lei 10.639/03 entre os docentes. Segundo o depoimento de um professor,

acho que de repente, nós vamos ter uma ditadura das minorias...está gerando privilégio pra uma minoria, dia da consciência negra, ensino sobre a África obrigatório na escola... isso vai gerar efeito contrário, ele vai gerar discriminação... (professora do Distrito Federal).

De acordo com outra docente, ainda,

Por que não a história da Ásia?...História da América Latina? Para mim não é cor. O *cucaracha* é tão ou mais discriminado que o negro, inclusive nos Estados Unidos... e porque não história da América Latina que é mais próxima? São nosso vizinhos, temos mercado comum...(professora de Porto Alegre).

Em sentido similar, em uma terceira entrevista, a professora diz que se tiver que estudar a história da África considera que também é necessário que se ensine com maior profundidade a história indígena. Outros tantos enfatizam que incluir a disciplina nos currículos é uma forma de privilegiar determinados setores da sociedade:

A sociedade deve conviver harmoniosamente sem que nenhum setor da sociedade, nenhuma etnia da sociedade esteja em evidência, porque a etnia em evidência ela vai ser alvo de ciúme das outras etnias. Então, se tem o ensino da África, porque não ensino da Europa, ensino da América etc. etc. etc. (professores do ensino médio público do Distrito Federal).

Apesar de tantas reações contrárias, alguns docentes têm consciência de que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pode contribuir para afirmação da identidade do aluno negro, que passa a ver que os africanos não nasceram escravos e que o continente africano também tem um passado econômico, social e cultural. Por tudo isso, são favoráveis à Lei 10 839/03. Um professor do ensino fundamental de uma escola pública de Salvador afirma: “Talvez vá ajudar os alunos a se aceitar como negros, porque eles vão conhecer a história deles... isso vai ajudar ele ter orgulho da raça dele”.

O grande desafio da escola que se diz anti-racista é buscar o diálogo sobre a história dos povos oprimidos. É também, reconhecer a contribuição desses povos na construção do Brasil e deve-se cuidar de que África que se quer retratar na escola para não se ter uma visão folclorizada da história do continente africano com pensa o professor do ensino médio de uma escola privada de São Paulo:

Eu acho importante a gente ter uma cultura geral, acho importante porque o Brasil tem muita coisa da África, boa parte da comida, do folclore, quando você entra em folclore, você tem dança, comida, música, você vai entrar na cultura africana, não dá pra excluir, nosso próprio vocabulário, o samba, muita coisa a ver com isso, então a gente não pode ignorar, talvez você tenha que ensinar que as palavras têm uma riqueza muito grande, uma contribuição pra língua portuguesa...

Repensando o currículo

Currículo é uma palavra latina que significa carreira, caminho, jornada, contém a idéia de continuidade e de seqüência. *Currículo escolar* é o conhecimento organizado para ser transmitido nas instituições educacionais, associado a uma orientação político-filosófico. Ele tem a *função* política de produzir identidades individuais e sociais no interior das instituições; *expressa* desejos e vontades de quem está no poder; *garante* a reprodução da estrutura social existentes; e *transmite* cultura de forma institucionalizada para a sociedade.

Currículo oculto é um conceito para se referir àqueles aspectos da experiência educacional não explícito no currículo oficial, formal, correspondendo a “normas e valores que são implícitos porém efetivamente transmitidos pelas escolas e que habitualmente não são mencionados na apresentação feita pelos professores dos fins ou objetivos” (APPLE 1982, *apud* MOREIRA, p.14). O currículo oculto pode contribuir mais para a socialização do aluno que o conteúdo ensinado no curso. Cabe ao professor encontrar meios de criar espaço para um mútuo engajamento das diferenças e não silenciar a multiplicidade de vozes por um único discurso dominante, ancoradas na ética que denuncie o racismo, o sexismo etc. e todo tipo de exploração, examinando cuidadosamente a subjetividade dos discursos pedagógicos.

Os educadores devem repensar as práticas, os valores, os currículos e os conteúdos escolares a partir da realidade social, cultural e étnica. O currículo pode ser visto como: *ação* (aquilo que fazemos); *efeito* (aquilo que ele nos faz). Para garantir uma escola igual para todos (direitos sociais) não bastam apenas preceitos legais e formais como a Lei 10.639/03, mas é preciso que as diferenças transformem em práticas efetivas. O professor de qualquer pertencimento étnico/racial precisa ter uma postura ética e profissional:

- Desconstruir as narrativas preferidas e dominantes;
- Desnaturalizar raça/etnia;
- Construir uma imagem positiva do povo negro de descendência africana, da estética, da corporeidade;
- Combater as práticas racistas e discriminatórias no interior da escola;
- Repensar a questão racial como algo social e não como algo específico do negro.

O racismo existe, de fato, e não é um problema dos negros ou dos brancos, mas da sociedade brasileira como um todo. No Brasil, é necessária a construção de um currículo que respeite a diversidade cultural passa por uma postura de combate às práticas racistas e discriminatórias no interior da escola, bem como a garantia de igualdade de oportunidades, de acesso ao conhecimento e a valorização da cultura e dos saberes a toda a comunidade escolar.

O modelo de currículo brasileiro apresenta ausência de conteúdos que contribuem para que aluno(a)s negros se vejam contemplados, como por exemplo, temas como a contribuição dos africanos na construção do país, constituição da diversidade, valores culturais etc. O racismo é a maior causa dos problemas educacionais de alunos negros. A escola pode e deve desempenhar um papel decisivo no sentido de eliminar o racismo institucional. É preciso repensar o sistema educacional brasileiro a partir das diferenças e das diversidades. E trazer a diversidade para o currículo e para as ações pedagógicas. Uma cultura é produto de multiplicidade e diferença e não de igualdade.

As desigualdades sociais, econômicas e raciais têm causado uma grande disparidade no que tange a escolaridade alcançada pela população brasileira. Essa desigualdade é marcada por traços característicos como: a raça, a etnia, gênero dos brasileiros. A naturalização da desigualdade entre brancos e negros tem origens históricas e institucionais que podem ser encontradas sob vários aspectos como por exemplo, ao atraso da abolição dos escravos, corporativismo e outros.

Essa naturalização provoca resistências teóricas, ideológicas e políticas no combate à desigualdade e ao racismo. Nos anos 90 a diferença de anos de escolaridade média entre um *negro* e um *branco*, ambos com 25 anos de idade, era de 2,3 anos de estudos, o que corresponde a uma elevada desigualdade dos adultos no Brasil.

1999 – Diferenças entre negros e brancos

Categoria %	Branços %	Negros %
5% analfabetos da população brasileira 15 a 25 anos	2,6	7,6
3,6% de crianças que não freqüentam a escola 7 a 13 anos	2,4	4,8

27,4% da população que não completaram a 4a série do Ensino Fundamental 11 a 17 anos	17,1	37,5
---	------	------

Categoria %	Branços %	Negros %
73,2% da população brasileira não completaram o Ensino Médio 18 a 25 anos	6,3	84,4
7,1% da população brasileira ingressaram no Ensino Superior 18 a 25 anos	11,2	2,3

Fonte: HENRIQUES, 2004: 131-158.

Conclusão: o papel do educador

No atual contexto da discussão sobre a diversidade, são várias as tarefas do(a)s educadore(a)s brasileiro(a)s. Entre elas, é necessário: entender e refletir sobre os mecanismos de dominação – *cultural, econômica, social e política*; educar o “olhar” para as diferenças étnicas e culturais; não folclorizar e nem banalizar nenhuma cultura; entender as diferenças e aprender a respeitá-las (*reconhecer e valorizar as suas contribuições*).

O educador precisa estar preparado para lidar com as diferenças, mudando o paradigma, ou seja, repensar as suas práticas pedagógicas, valores, conteúdos, etc, a partir da realidade social, cultural e étnica. Precisa conquistar cada vez mais conhecimento. Para justificar a desigualdade, precisa reconhecer que todos os alunos são diferentes. Criar situações positivas e proveitosas afetivas. Não deve só valorizar a desigualdade e sim ressaltar a igualdade. Compreender a diversidade como riqueza do nosso país e perceber que ela está presente na sala-de-aula. Melhorar o nosso cotidiano – combatendo os preconceitos e a discriminação promovendo a inclusão. *Todo educando tem um lugar na escola*. Quais as condições necessárias para que a aprendizagem da criança e branca e/ou negra aconteça, reconhecendo o seu lugar no grupo (sua etnia, sua história etc.)?

O professor, que por vezes tem o *status* de um verdadeiro herói para criança, pode e deve ajudá-la a criar modelos positivos, valores do bem, da justiça, o seu lugar na sociedade. O docente precisa “olhar” para a criança na sala de aula (“porque a gente só aprende com quem a gente confia”).

Como o Educador pode identificar o preconceito e a discriminação na escola?

- Uso de cartazes, livros e revistas que apresentem apenas referências de pessoas brancas.
- Repetição de apelidos, piadas e ironias que encobrem idéias preconceituosas.
- Tratamento afetivo diferente, recusando beijos, agradamentos e carinhos às crianças não brancas.
- Valorização exclusiva da cultura, beleza e comportamento das pessoas brancas.
- Ausência de alunos negros em posições de destaque nas atividades da escola.
- Prevalência de professores brancos na equipe da escola.
- Banalização das situações de discriminação e preconceito na escola.

Conseqüências do preconceito e discriminação para aluna(o)s negros

- Auto-rejeição, rejeição ao outro igual, rejeição por parte do grupo.
- Baixa auto-estima.
- Apatia, timidez, pouca ou nenhuma participação na sala do grupo.
- Agressividade aparentemente sem motivo, docilidade excessiva.
- Recusa em ir para a escola.
- Dificuldade de aprendizagem.
- Repetência e exclusão escolar.

Conseqüências do preconceito e discriminação para aluna(o)s brancos

- Cristalização de um sentimento irreal de superioridade: étnica, cultural, intelectual, profissional, etc.
- Perpetuação de uma postura desrespeitosa com o diferente.
- Apelidos e xingamentos pelos quais os alunos negros são nomeados por seus colegas nas escolas: “Pneu/Suco de pneu”, “Feijoada/Feijão preto/Mulatinho”, “Milho preto/Amendoim”, “Nêga do fubá”, “Toddy”, “Café com leite”, “Chocolate podre/Chiclete de Mecânico”, “Fumaça/Carvão”, “Preto/Nerinho/Roxo pardo”, “Negão/Nêgo/Crioulo/Negro safado”, “Macaco/Macaco preto/Gorila”, “Piolho/lobisomem”, “Vela preta/Macumbeira/Endiabrado”, “Galinha (preta de macumba)”, “Pelezinho”, “Zé Pequeno”, “Cola de asfalto”, “Preta fedida”, “Coisa”, “Cabelo Ruim/Cabelo à prova d’água/Assolam/Cabelo Duro”, “Perucão/Piolho/Pixaim”.

Algumas sugestões de atividades para se em sala de aula

- Procurar saber o que as crianças conhecem sobre a África.
- Explicar o que é racismo, preconceito e discriminação.
- Mostrar como as pessoas negras são representadas em nossa sociedade (TV, mídia etc.).
- Aproveitar e trabalhar as curiosidades dos alunos reforçando o respeito às diferenças.
- Como representar os temas MORTE e DEUS através da diferentes culturas?
- Gravações e entrevistas entre os próprios colegas para que eles contem suas histórias familiares.
- Fotografias sobre a composição familiar dos próprios colegas.
- Montagem de um pequeno dicionário com palavras sobre a nossa diversidade. Exemplo: raça, negritude, rap, religiões de origem africanas...
- Mural sobre as personalidades negras e suas contribuições para a construção do País.

- Pesquisas sobre instrumentos musicais e contar as suas histórias.
- Pesquisas sobre danças, folclore e apresentar as suas coreografias.
- Explorar as diferentes culinárias e outras manifestações culturais existentes, preservadas pela comunidade.
- Pesquisar com os alunos hábitos, costumes e palavras de origem africana incorporadas à cultura brasileira.
- Promover visitar a instituições culturais, museus, casas de cultura existentes na comunidade.

Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (2005). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade.

HENRIQUES, Ricardo (2004). Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. In: *Cadernos PENESB*, Niterói, Eduff, p.131-158.

MUNANGA, Kabengele (org.) (2001). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary G. (coord.s) (2006). *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: Unesco, Inep, Observatório de violência nas Escolas.

OLIVEIRA, Eliana de. *Relações Raciais nas creches diretas do Município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVÉRIO, Valter Roberto, ABRAMOWICZ, Anedete e BARBOSA, Lúcia Maria A. (coords.) (2005). *São Paulo Educando pela diferença para a Igualdade – Mod.II – ciclo I*. São Carlos: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo/UFSCar.